

O PIBID/PEDAGOGIA NO ENSINO REMOTO: ALGUMAS REFLEXÕES

Lídia Regina Figueiredo de Oliveira¹
Luciana Trajano da Silva²
Thatiana Costa Fontes de Oliveira³
Joseval dos Reis Miranda⁴

RESUMO

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência é um programa desenvolvido e criado pela ação conjunta da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, no qual os alunos de licenciatura podem experimentar e conhecer na prática a dinâmica da sala de aula das escolas públicas. O presente artigo buscou a realização de uma pesquisa bibliográfica somando às experiências pibidianas acerca da realidade atípica que estamos vivenciando. A prática educativa demonstrou que imergir no meio escolar exclusivamente pelo ambiente virtual foi um grande desafio para os pibidianos, mas por meio do aplicativo *WhatsApp* foi possível acompanhar a rotina escolar semanalmente e aplicar suas oficinas mensalmente. Dentre as principais dificuldades observadas pelo professor no ensino remoto vivenciado em consequência da pandemia, podemos citar: dificuldade de aprendizagem quanto ao uso de tecnologias digitais, adaptação das aulas, gerenciamento de tempo, busca por novos métodos de ensino, adaptando seus planejamentos, gerindo seu tempo, buscando práticas inovadoras e novas formas de abordagem. Para os alunos torna-se um empecilho nesse método de ensino o grau de instrução tanto dos mesmos quanto dos familiares que possam vir a auxiliar na prática educativa, além da dificuldade de acesso a internet. Diante disso, destacamos a importância de assegurar a diminuição de práticas equivocadas, visando a democratização do acesso à tecnologia que atualmente se tornou o principal mecanismo para o exercício do direito à educação.

Palavras-chave: Ensino remoto, Pandemia, Pibid, Tecnologias digitais.

INTRODUÇÃO

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID é um programa desenvolvido e criado pela ação conjunta da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Ministério da Educação (MEC), da Secretaria

1 Graduada do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, lidiaa.oliver@hotmail.com;

2 Graduada do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, lucianatrajanop@hotmail.com;

3 Graduada do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, thatianaoliveira33@gmail.com;

4 Professor orientador: Doutor em Educação. Professor da Universidade Federal da Paraíba, Centro de Educação, Departamento de Metodologia da Educação - UFPB, josevalmiranda@yahoo.com.br.

da Educação Superior (SESU) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), e instituído pela Portaria Normativa nº 38, de 12 de dezembro de 2007.

Possui dentre outros objetivos antecipar aos graduandos das licenciaturas a vivência da docência. Por meio do PIDIB os alunos de licenciatura podem experimentar e conhecer na prática a dinâmica da sala de aula das escolas públicas, experiência que só seria possível por meio do estágio curricular obrigatório. Desde que acompanhados de docentes das instituições de ensino envolvidas no projeto.

Segundo o Decreto nº 7.219, de 24 de junho de 2010 da Capes (BRASIL, 2010), o estudante bolsista receberá acompanhamento do coordenador institucional, ou seja, o professor de instituição de educação superior responsável perante a Capes por garantir e acompanhar o planejamento, a organização e a execução das atividades de iniciação à docência previstas no projeto de sua instituição zelando por sua unidade e qualidade; coordenador de área: o professor da instituição de educação superior responsável pelas seguintes atividades: a) planejamento, organização e execução das atividades de iniciação à docência em sua área de atuação acadêmica; b) acompanhamento, orientação e avaliação dos bolsistas estudantes de licenciatura; e, c) articulação e diálogo com as escolas públicas nas quais os bolsistas exerçam suas atividades e professor supervisor: o docente da escola de educação básica das redes públicas de ensino que integra o projeto institucional, responsável por acompanhar e supervisionar as atividades dos bolsistas de iniciação à docência.

O PIBID é de fato um programa muito importante na qualificação e na formação inicial e continuada dos licenciandos, justamente por proporcionar a vivência e a experiência na prática da rotina da sala de aula de ensino. Assim, o presente artigo buscou a realização de uma pesquisa bibliográfica somando às experiências pibidianas acerca da realidade atípica que estamos vivenciando.

METODOLOGIA

O presente artigo utilizou como metodologia para o seu desenvolvimento a pesquisa bibliográfica de autores como Saviani e Galvão (2021), Cordeiro (2020), Leite; Lima e Carvalho (2020), Cardoso; Ferreira e Barbosa (2020), Santos (2020). Retratando de forma sucinta as principais mudanças ocasionadas pela pandemia do Covid-19 (Sars-CV-2) no ambiente Educacional. Com isso, foi possível transmitir o contexto encontrado

pelos alunos pibidianos em sua entrada ao âmbito educacional do magistério, por meio das experiências da prática pibidiana.

O autor Antonio Carlos Gil define que “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado e publicado, constituído principalmente de livros, artigos periódicos e materiais científicos disponibilizados na *internet*” (GIL, 2009; GIL, 1991). Sua principal vantagem reside na possibilidade do pesquisador “ter uma cobertura de uma gama de fenômenos amplos para suas pesquisas” (GIL, 2009). Diante disso, nossa pesquisa bibliográfica ocorreu por meio do levantamento de produções científicas como artigos, textos normativos, livros e pesquisas.

REFERENCIAL TEÓRICO

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência PIBID, teve seu início nas Instituições Federais de Ensino no ano de 2006 (CAPES, 2018). Sendo consolidado no ano seguinte através da Portaria Normativa nº 38, de 12 de dezembro de 2007, criada pela ação conjunta da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES, do Ministério da Educação -MEC, da Secretaria da Educação Superior -SESU e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação -FNDE (BRASIL, 2007).

A Portaria Normativa nº 38, de 12 de dezembro de 2007 tinha como prioridade incentivar a formação de professores das licenciaturas de física, química, matemática e biologia, priorizando a educação dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio (BRASIL, 2007).

Em janeiro de 2009 com a instituição da Política Nacional de Educação Básica por meio do Decreto nº 6755, de 29 de janeiro, o curso de Licenciatura em Pedagogia passa a participar do PIBID, com ênfase para a formação dos profissionais do magistério da educação básica (BRASIL, 2009).

O Decreto nº 6755 de 29 de janeiro de 2009, em seu Art. 1º, instituiu a Política Nacional de Educação Básica, com a finalidade de organizar, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério para as redes públicas da educação básica” (BRASIL, 2009).

Uma das propostas do PIBID é incentivar à carreira do magistério nas áreas da educação básica, para isso o programa oferece bolsas de iniciação à docência aos

licenciandos, que passam a ter a oportunidade de estagiar nas escolas públicas. Dessa forma o programa antecipa o vínculo entre os futuros docentes e as salas de aula ao mesmo tempo que incentiva o comprometimento dos estudantes, após a graduação, com o exercício do magistério na rede pública de ensino (CAPES, 2018).

O PIBID proporciona a articulação entre a educação superior, a escola e os sistemas estaduais e municipais. Unindo as secretarias estaduais e municipais de educação e as universidades públicas, a favor da melhoria do ensino nas escolas (CAPES, 2018).

O Programa de Iniciação à docência, proporciona aos licenciandos a experiência única e enriquecedora de unir a teoria aprendida na universidade com a prática da sala de aula da educação básica e infantil, garantindo experiência, vivência e amadurecimento ao graduando ao ser inserido em seu campo de atuação como futuro docente (CAPES, 2018).

Apesar de ser um programa de âmbito nacional, cada instituição de ensino superior (IES), tem autonomia para elaborar o seu projeto institucional de acordo com sua proposta e criação de seus subprojetos que se darão através de oficinas. No entanto, para que as IES's possam submeter o seu projeto, o mesmo deverá possuir todos os requisitos determinados pelo art. 13 da Portaria nº 96 de julho de 2013 (BRASIL, 2013).

Após elaborado o projeto institucional, esse, será submetido aos editais da CAPES e poderá ser ou não selecionado através de chamada pública. Quando selecionados os projetos são apresentados à presidência da CAPES para homologação e publicação no Diário Oficial da União. A organização acadêmica do PIBID é definida no art. 2º do Decreto nº 7219, de 24 de junho de 2010 da CAPES (BRASIL, 2013).

O Decreto nº 7219, de 24 de junho de 2010 da CAPES dispõe em seu art. 6º que O PIBID atenderá à formação em nível superior de docentes para atuar nos níveis infantil, fundamental e médio da educação básica, bem como na educação de pessoas com deficiência, jovens e adultos, comunidades quilombolas, indígenas e educação no campo (BRASIL, 2010).

Com o Decreto nº 7219, de 24 de junho de 2010 o participante do PIBID além de ampliar o seu campo de atuação, o estudante passa a ter a oportunidade de contato com as mais diversas modalidades, culturas e realidades que ele poderá conhecer no campo da educação. Este é um fato muito relevante para a formação do licenciando principalmente diante de um país rico e pluralizado culturalmente como o Brasil (BRASIL, 2010).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Contexto Pandêmico iniciado em 2020 no Brasil com a proliferação do vírus denominada de COVID-19 (Sars-CoV-2). Foi o ponto de partida da necessidade da humanidade a adaptasse as novas demandas de segurança e, com isso, viram-se obrigados a mudar seus hábitos e rotinas. O sistema educacional, assim como o resto do mundo, foi obrigado a se reinventar e trouxe o ensino remoto como uma solução para o novo desafio que se apresentava para as instituições educacionais.

Sendo assim, o presente tópico elenca e discute algumas das alterações trazidas pela pandemia e seu impacto na realidade social e educacional para a humanidade e o sistema de ensino. Para melhor compreensão o tópico divide-se da seguinte forma: Impacto da Pandemia na Educação do ensino fundamental; Desigualdade no Acesso à Educação para Alunos nos Anos iniciais; O PIBID na realidade pandêmica.

Impacto da Pandemia na Educação do ensino fundamental

Desde o ano de 2019, o mundo tem se deparado com uma pandemia causada por um vírus com o grau de contagioso altíssimo e grau de mortalidade elevado, cuja doença foi denominada de Covid-19 (Sars-CV-2). Em virtude da gravidade, letalidade e rápida disseminação dessa doença a Organização Mundial de Saúde (OMS) decretou que fossem adotadas medidas de isolamento e distanciamento social (CIEB, 2020). Para evitar a contaminação as em todo o mundo suspenderam temporariamente suas atividades presenciais e adotando uma modalidade de ensino emergencial conhecida como ensino remoto emergencial.

Em março de 2020, o Ministério da Educação (MEC) emitiu a Portaria nº343 na qual: “Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus-COVID-19” (BRASIL, 2020). Sendo assim, ocorreu a implementação do ensino remoto, modalidade até então pouco utilizada no sistema de ensino brasileiro, vários professores, equipe pedagógica, alunos e os familiares precisaram acelerar suas adaptações essa nova realidade.

Observa-se que essa nova metodologia traz consigo grandes desafios a todos os públicos. Para os professores, podemos citar: dificuldade de aprendizagem quanto ao uso de tecnologias digitais, adaptação das aulas, gerenciamento de tempo, busca por novos métodos de ensino, adaptando seus planejamentos, gerindo seu tempo, buscando práticas inovadoras e novas formas de abordagem (CORDEIRO, 2020).

Com relação às desigualdades sociais que permeiam o meio digital tem ainda as pessoas com acesso à *internet*, mas tem dificuldades para usar a mesma por questões relacionadas a problemas financeiros e temos ainda as pessoas que apresentam dificuldades de acesso relacionados diretamente a fatores socioculturais como: grau de instrução, tanto dele como de indivíduos próximos que poderiam lhe auxiliar na realização de atividades, além da falta de habilidade quanto aos usos dos aparelhos eletrônicos (CETIC, 2019).

Uma pesquisa realizada por Leite; Lima; Carvalho (2020), contou com a participação de 254 sujeitos de diferentes níveis e redes de ensino. Esta buscou analisar a formação e atuação dos professores através do ensino remoto, causado pela pandemia da COVID-19, no estado de Pernambuco. Quando indagados sobre a principal dificuldade advinda desse novo método de ensino, estes relataram que a falta de domínio do professor com as tecnologias; aliada a falta de formação específica para este fim acabam refletindo de maneira negativa na forma como as aulas são ministradas.

Dessa forma, com o acesso às aulas por meio do ensino remoto, é de grande importância que o professor busque novas metodologias e estratégias que auxiliem nesse processo de ensino-aprendizagem à distância. Outro ponto negativo que acaba tornando esse método de ensino mais difícil, quando comparado ao método de ensino regular, é a dificuldade encontrada pelos professores para ter o contato virtual com o aluno, uma vez que muitos destes não dispõem de um celular, o que faz com que utilizem o celular dos pais, ou até em casos em que há apenas um aparelho para vários alunos. Uma pesquisa intitulada TIC Kids *Online* Brasil 2019, indicou que 58% dos jovens têm acesso à *internet* apenas pelo celular, o que dificulta a realização e envio de atividades (CETIC, 2019).

Vale ressaltar que o posicionamento adotado pela referida instituição está garantido pelo quarto parágrafo do artigo 32 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), no qual preconiza: “O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino à distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais”. Como descrito o não acesso de todos os alunos a *internet* e aos aparelhos eletrônicos utilizados para esse meio também corresponde com o que preconiza a Lei nº9394/96, na qual se estabelece a importância da garantia da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola a todos os cidadãos (BRASIL, 1996, s/p).

Cardoso; Ferreira; Barbosa (2020), trazem como desafios advindos do ensino remoto: o aumento da evasão escolar e queda no desempenho, que acabarão resultando

em uma maior taxa de reprovação, que conseqüentemente reflete nos alunos causando baixa autoestima entre eles.

Desigualdade no Acesso à Educação para Alunos nos Anos iniciais

De acordo com os dados da pesquisa realizada pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação, em 2019 o percentual de alunos da rede pública que não tinham acesso a computador em casa era de 39%, enquanto na rede privada esse percentual caía para apenas 9%. Além disso, verifica-se ainda que os níveis de qualidade educacional sejam bastante diferentes considerando a região em que o ensino está ocorrendo e as desigualdades sociais já pré-existentes no meio em que vivem (UNESCO, 2019).

Segundo Cardoso; Ferreira; Barbosa (2020), destacam a importância de que haja práticas inclusivas e alternativas para que seja implementada a educação à distância, uma vez que a não realização de ações desse tipo só aumenta as desigualdades socioeconômicas entre as pessoas, favorecendo os que possuem maior poder aquisitivo, pois estes têm acesso à *internet* e aparelhos eletrônicos de qualidade. Em contrapartida, os que possuem menor poder aquisitivo muitas vezes não tem acesso à *internet* e nem aos meios de telecomunicação necessários para a realização de atividades *online*. Tal fato afeta diretamente os índices de reprovação e de desempenho desses alunos com menores condições financeiras. Dessa forma, como opção para diminuir essa discrepância no meio social, destaca-se a importância da operacionalização de forma igualitária a todos.

Este resultado negativo no que se refere à situação escolar do aluno pode estar diretamente relacionado à realização da assincronia, relacionada às atividades sem interação simultânea, o que acaba causando a dispersão geográfica dos envolvidos, pois na maioria das vezes estes acabam tendo acesso às atividades educacionais em horários distintos (SANTOS, 2020). Essa assincronia acaba por requerer dos estudantes práticas de auto-estudo e autoaprendizagem, com a qual grande parte dos alunos não está acostumado.

Entretanto, geralmente alunos que fazem parte da rede pública de ensino apresentam dificuldades relacionadas ao acompanhamento de algum familiar em seu processo educativo. Durante o ensino remoto esse também tem se tornado um problema comum entre esses alunos, haja vista que muitos pais relatam que não tem tempo para dar

o suporte com as atividades ou até mesmo estes sofrem para acompanhar os filhos por não ter um grau de instrução que permita auxiliar nestas tarefas.

Outra questão que interfere diretamente no ensino remoto é a falta de espaço adequado para o acompanhamento das aulas *online*. Isso ocorre principalmente entre as famílias com condições financeiras mais baixas, pois grande parte destas moram em casas com poucos cômodos e em alguns casos com muitos integrantes, o que acaba resultando mais que movimento e de barulho enquanto o aluno está em aula.

Considerando as dificuldades encontradas pelos alunos em virtude da desigualdade de acesso aos meios de telecomunicação utilizados no ensino remoto, faz-se necessário cada vez mais que as instituições busquem melhores alternativas para que todos os alunos tenham acesso de qualidade às aulas. Diante, de todos esses desafios enfrentados, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência-PIBID, vem tendo com os professores da educação básica o grande desafio onde os estudantes que participam desse projeto, tiveram de se adaptar à realidade do ensino remoto por conta da pandemia, onde os alunos de escolas públicas, mesmo sem todos os recursos tiveram que achar meios para continuar com as aulas com toda a circunstâncias atuais.

O PIBID na realidade pandêmica.

O PIBID possui o caráter imersivo, onde os alunos graduandos têm a possibilidade de se inserir na realidade educacional do magistério, utilizando os espaços escolares como possibilidade de fortalecimento da união da formação teórica com a prática. O caráter imersivo das práticas pibidianas, diante da realidade pandêmica, sofreu a necessidade de adequação ao ensino remoto e junto a essa nova realidade veio novas possibilidades, desafios e limitações.

O PIBID no contexto remoto trouxe uma nova forma de ação praticada exclusivamente no espaço online, na qual utilizando as videoconferências para construir um espaço com rotina de estudo, planejamentos, reuniões e formações. Onde essa rotina teria que abarcar os deveres e direitos dos alunos bolsista e voluntários do PIBID (os pibidianos), considerando as necessidades de engajamento com o magistério na formação inicial. Simultaneamente, colaborando com a escola participante do projeto, no formato remoto, teríamos que experienciar a realidade dessa instituição por meio do

acompanhamento de suas aulas semanalmente e na aplicação de uma oficina mensalmente.

Nesse ínterim, nasce um novo desafio para os alunos pibidianos de imergir no meio escolar exclusivamente pelo ambiente virtual. Nesse cenário, as escolas públicas do estado da Paraíba participante do projeto PIBID da Universidade Federal da Paraíba *Campus I* 2020-2021 utilizam a rede social *WhatsApp* como sua plataforma de ensino, por meio dessa plataforma ocorre toda a cultura escolar, o processo de ensino e a interação dos educadores com os seus educandos. Apenas por esse espaço virtual que os pibidianos podem acompanhar a rotina escolar semanalmente e aplicar suas oficinas mensalmente.

Para aplicação das oficinas é necessário a construção da proposta de ensino, sendo um desafio a colocação em prática por meio do ensino remoto. Logo, teríamos que apropriarmos dos meios tecnológicos presente e as possibilidades da realidade de acesso dos sujeitos da instituição de ensino. Mediante a ausência de instrumentos tecnológicos apropriados para que os alunos tenham o acesso às oficinas e suas aulas, sendo assim foi necessário a confecção de videoaulas já que a realidade da instituição não proporciona a utilização de videoconferência.

Diante disso, tivemos a possibilidade e o incentivo de produzirmos videoaulas visando contribuir com o ensino praticado pelas professoras regentes até estabelecermos o processo de autonomia no ato de propor propostas de atividades, temáticas e planos de oficina. Para isso, é necessário a apropriação de conhecimentos científicos específicos para o foco de estudo do PIBID. O ensino remoto com a pandemia é algo atípico, pois na história do nosso país não tivemos um ensino formal igual ao colocado em prática nesse período. Diante disso, é necessário a construção de estratégias de ensinos com planejamentos flexíveis visando o acompanhamento das variáveis. Entretanto, os autores Saviani e Galvão (2021) criticam a forma como é colocada em prática esse “ensino”, pois os governantes ainda estão lidando com o ensino remoto como algo emergencial na substituição da educação formal presencial sem proporcionar condições primárias necessárias para o funcionamento desta substituição.

Os autores acreditam que a nomenclatura recebida para fase da educação emergencial não é adequada, pois, a educação não deve ser resumida apenas no ensino. Na qual, existem diversos fatores da prática pedagógica e da sua função de socialização dos conhecimentos historicamente acumulados que não cabe no termo ensino. Esse discurso de ensino remoto acaba proporcionando uma educação com o ensino mingüado

e insuficiente “No “ensino” remoto, ficamos com pouco ensino, pouca aprendizagem, pouco conteúdo, pouca carga horária, pouco diálogo. Em contrapartida, temos muitas tarefas.” (SAVIANI; GALVÃO, p.42)

Portanto, é necessário que a prática pedagógica não se resuma apenas nas atividades, oficinas e conteúdos a serem transmitidos. É preciso a construção de uma educação remota mais afetiva, menos conteudista e mais lúdica (de acordo com a faixa etária dos alunos). Desta maneira, as construções no processo de aprendizagem e estratégias metodológicas devem considerar não só o nível de acesso tecnológico dos alunos, mas sim, o processo afetivo-dialógico, o respeito e a pluralidade. Buscando assim, o engajamento dos alunos, a participação, o compartilhamento de ideias, visando a diminuição de contato social e estruturando uma educação mais próxima, apesar de estar ocorrendo apenas no formato remoto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação formal na pandemia esteve desacompanhada de políticas públicas que visasse a igualdade de acesso, pois estamos prestes a completar 2 anos de pandemia e não tivemos propostas de distribuição de instrumentação tecnológica e compartilhamento de *internet* para a camada mais vulnerável que é o público alvo da educação formal pública. Nesse ambiente, sem política para solucionar a necessidade de instrumentação primária e ambiente adequado acabou interferindo na qualidade do desenvolvimento do ensino e, conseqüentemente, com a construção da aprendizagem dos alunos.

Diante disso, o maior desafio da prática educacional na conjuntura pandêmica é a reformulação da educação atual para superação desses frutos do ensino remoto, atendendo as novas demandas e exigências acentuadas pela desigualdade. Portanto, os alunos pedagógicos em sua formação inicial (e continuada) devem assumir o compromisso e responsabilidade em pesquisar práticas pedagógicas, metodologias, estratégias e métodos para auxiliar no apoio do desenvolvimento das aprendizagens dos alunos em suas realidades. Apesar da ausência de experiência no magistério, é visível a necessidade de aprofundamento nos conhecimentos científicos, visando diminuir práticas errôneas ou negacionistas.

Nesse sentido, a educação vem exercendo sua função social principal que é a superação das desigualdades. Para isso, é necessário assegurar a diminuição de práticas

equivocadas, visando a democratização do acesso à tecnologia que atualmente se tornou o principal mecanismo para o exercício do direito à educação. Visto que as famílias em sua grande maioria não possuem instrumentos voltados exclusivamente para os alunos participarem do ensino remoto. Sendo assim, torna-se inviável exercer uma educação para todos com ações educativas positivas, em fazeres pedagógicos que abrange a diversidade, pluralidade e equidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Ministério da educação, (2018). PIBID Apresentação.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pibid#:~:text=PIBID%20%2D%20Apresenta%C3%A7%C3%A3o&text=O%20programa%20oferece%20bolsas%20de,do%20magist%C3%A9rio%20na%20rede%20p%C3%BAblica>. Acesso em: 04 de jun. de 2021.

BRASIL. **Portaria Normativa nº 38, de 12 de dezembro de 2007.** Dispõe sobre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência-PIBID. Diário Oficial da União, n.239, seção 1, p.39, 2007. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/ead/port_40.pdf> Acesso em 04 jun.2021.

BRASIL. **Decreto 6775 de 27 de janeiro de 2009.** Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências. Brasília, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/D6755impresao.htm Acesso em 04 de jun. de 2021.

BRASIL. **Decreto 7219 de 24 de junho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência-PIBID e dá outras providências. Brasília, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7219.htm. Acesso em 05 de jul. de 2021.

BRASIL. **Portaria Normativa nº 96, de 18 de julho de 2013.** Normas gerais do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência-PIBID. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/30798135/do1-2013-07-23-portaria-n-96-de-18-de-julho-de-2013-30798127. Acesso em: 05 de jul. de 2021.

BRASIL. **Portaria MEC nº343, de 17 de março de 2020.** Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19. Diário Oficial da União, 18 de mar. de 2020.

BRASIL. **Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996.** Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: MEC, 1996. Disponível em. Acesso em: 18 jun. 2021.

CARDOSO, C.A; FERREIRA, V.A; BARBOSA, F.C.G. (Des)igualdade de acesso à educação em Tempos de pandemia: uma análise do acesso às tecnologias e das alternativas de ensino remoto. **Revista Com Censo**, v. 7, n 3, p. 38-46, 2020. Disponível em: [Vista do \(Des\)igualdade de acesso à educação em tempos de pandemia: uma análise do acesso às tecnologias e das alternativas de ensino remoto](#) Acesso em: 17 de jun. de 2021.

CETIC. **Pesquisa TIC Kids Online Brasil 2019** (Cetic.br). Disponível em: [Cetic.br - TIC Kids Online Brasil/](#) Acesso em: 19 de jun. de 2021.

CIEB. **Planejamento das secretarias de educação do Brasil para ensino remoto**. São Paulo, 2020. Disponível em: [tecnologias educacionais Archives - CIEB](#) Acesso em 18 jun. 2021.

CORDEIRO, K. M. D. A. **O Impacto da Pandemia na Educação: A Utilização da Tecnologia como Ferramenta de Ensino**. Disponível em: [http://Repositório institucional - Faculdades IDAAM: O Impacto da Pandemia na Educação: A Utilização da Tecnologia como Ferramenta de Ensino](http://Repositório_institucional_Faculdades_IDAAM:_O_Impacto_da_Pandemia_na_Educação:_A_Utilização_da_Tecnologia_como_Ferramenta_de_Ensino). Acesso em: 17 de junho de 2021.

LEITE, M. M.; LIMA, E. G. O.; CARVALHO, A. B. G. Os professores e o uso de tecnologias digitais nas aulas remotas emergenciais, no contexto da pandemia da COVID-19 em Pernambuco. **EM TEIA – Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana**, v. 11 – n. 2, 2020.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1991.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6ª Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR. **pihid programa de institucional de bolsas de iniciação à docência. Portaria normativa capes nº 122, de 16 de setembro de 2009.pdf**. Disponível em: [Portaria Normativa CAPES Nº 122 , DE 16 de setembro de 2009.pdf — PIBID \(unespar.edu.br\)](#) Acesso em: 01 de jul. 2021.

UNESCO. **TIC Educação 2019**. Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br). São Paulo/SP, 9 de junho de 2020. Disponível em: https://tic_edu_2019_livro_eletronico.pdf (cetic.br). Acesso em: 18 de jun. 2021.

SANTOS, B. S. **A Cruel Pedagogia do Vírus**: Edições Almedina, S.A. Coimbra, 2020.

SAVIANI, Demerval; GALVÃO, Ana Carolina. **Educação na pandemia: a falácia do “ensino” remoto**. Universidade e Sociedade. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, n. 67, p. 36-49, 2021.